



RELATÓRIO

57ª Reunião do Conselho de Representantes de base - AFBNB

A Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) realizou no dia 17 de julho a 57ª Reunião do Conselho de Representantes de base, a primeira realizada de maneira remota em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus.

A programação foi dividida em dois momentos. Pela manhã, um ato político com manifestações livres acerca dos temas *Em defesa dos Bancos públicos e dos Fundos Constitucionais; *Por uma política de Desenvolvimento Regional e * Não à medida provisória 1052 (MPV 1052/21), do qual participaram parlamentares, representantes da sociedade civil organizada e lideranças sindicais.

MANHÃ

Rita Josina, em sua fala inicial, destacou a atual situação de pandemia que vive o país e os impactos para a população e a vida dos trabalhadores. Ainda ressaltou a importância dos Bancos públicos neste período e reafirmou os desafios e lutas que a AFBNB travou durante a crise, além da defesa dos órgãos públicos, dos fundos constitucionais e por uma política nacional de desenvolvimento.

O Diretor de Comunicação e Cultura, Dorisval de Lima, enalteceu a importância da RCRs, a luta por recursos estáveis para o Nordeste e que resultou na garantia dos recursos constitucionais na Carta Magna de 1988, bem como Reuniões anteriores neste mesmo viés como os eventos em Brasília e a atuação junto ao campo político. O Diretor também explanou acerca da imprescindibilidade dos bancos públicos e a luta contra a MP 1052/21 como medida temerária contra as instituições. Sua fala foi seguida de um vídeo com imagens de ações da Associação contra a MP.

Em seguida os convidados participaram reforçando a importância dos bancos públicos de desenvolvimento, em ato político virtual que reuniu parlamentares, lideranças sindicais, representantes da sociedade civil organizada e universidade.

Intervenções

Participaram do ato político:

1. Dep. Estadual Renato Roseno (PSOL/CE)
2. Josá Trábulo (CONTEC)
3. Juvandia Moreira (Presidente da Contraf)
4. Augusto Vasconcelos (vereador Salvador/BA e presidente do Seeb Bahia)
5. Waldemir Catanho (Mandato da dep.federal Luizianne Lins PT/CE)
6. Maria Rita Serrano (Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas)
7. Dep. Federal Ildivan Alencar PDT-CE
8. Maria Lúcia Fatorelli (Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida)
9. Andrea Gonçalves (Diretora da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia/AEBA)
10. Inácio Cruz (Representante dos Empregados do Conselho de Administração do Banco da Amazônia)
11. Jair Pedro Ferreira (Diretor de Formação da Fenae)
12. Odair Mota (Assessor da Presidência do Sindicato dos Servidores Públicos Lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação/APEOC)
13. Jurandir Mesquita (Diretor Presidente da Capef)
14. Fabiano Araújo de Moura (Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco)
15. Rodolfo Luis (Secretário Geral do Seeb Maranhão)
16. Rheberny Oliveira (Representante dos Empregados do Conselho de Administração do Banco do Nordeste)
17. Fábio Sobral (Professor da UFC, de Economia, Economia Ecológica e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
18. Dep. Zé Carlos (PT MA) - Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Órgãos Públicos - Câmara.
19. Ocione Mendonça (Presidente da CAMED)
20. Lisandra Falcão (Representante da AFBNB na Celula Servicos Concessao Credito Empresarial Ssa)
21. Mauro Benevides (senador Constituinte e ex-presidente do BNB) – por vídeo
22. Dep. Federal Daniel Almeida (PCdoB/BA) – por vídeo
23. Hermelino Neto (Presidente da Feebbase) – por vídeo

A íntegra da transmissão do evento pode ser assistida no link https://www.youtube.com/watch?v=db_qU5-9uWE.

TARDE

O período da tarde foi dedicado a assuntos internos e teve início com o registro de trabalhadores do Banco – da ativa e aposentados – que faleceram este ano, muitos deles em decorrência do Covid, seguido da leitura e aprovação do Regimento Interno.

INFORMES

A diretora-presidente da AFBNB, Rita Josina Feitosa, informou que a RCR é uma ação pontual e relevante, mas que a ação da AFBNB é permanente e as demandas seguiram sendo encaminhadas pela gestão da entidade, citando uma retrospectiva de atividades e reforçando que os programas Nossa Voz, os informativos e o site são canais nos quais as ações da entidade são divulgadas.

PANDEMIA - Falou das reuniões realizadas com a gestão do Banco, com destaque para as demandas surgidas em decorrência da pandemia, a exemplo da ação impetrada pela Associação que faculta a permanência do teletrabalho àqueles que assim desejarem e do trabalho conjunto com outras entidades pela vacinação da categoria.

ARTICULAÇÃO – Rita destacou que a luta da AFBNB pelo desenvolvimento regional e redução das desigualdades é articulada com outras entidades, a exemplo da Auditoria Cidadã da Dívida, do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS).

CONCURSADOS – Outra bandeira defendida pela AFBNB junto ao Banco foi a prorrogação da validade do concurso e a convocação, inclusive enquanto reposição do PID.

CAREF/CAPEF/CAMED – A AFBNB acompanha as instâncias de forma responsável por compreender a relevância para a categoria, no âmbito geral dos interesses dos trabalhadores no Conselho de Administração; no âmbito da previdência e da saúde.

CASOS PONTUAIS – A AFBNB recebe demandas pontuais e trata todos os casos com o Banco na perspectiva de que a partir deles o Banco elabore uma política que contemple a todos. Casos de assédio moral, assédio sexual, descomissionamentos. Ela citou ainda a efetivação da demissão compulsória aos 75 anos, que tem levado a AFBNB a agir em várias frentes.

AÇÕES JURÍDICAS – “Embora a AFBNB priorize a luta política porque a gente entende que ganhando politicamente pode atender não só aos trabalhadores do Banco e à categoria mas a todos os trabalhadores, mas havendo a necessidade a gente faz o debate e encaminha de forma que já tem várias questões jurídicas em andamento”, afirmou Rita Josina. A dirigente falou das dificuldades dessa atuação jurídica, como a questão financeira e os desgastes decorrentes das decisões, citando a ação da CGPAR (a AFBNB teve vitória por um lado e o Banco, por outro, ingressou na justiça contra a CAMED para que não seja mantenedor. Outro exemplo foi a ação pela continuidade do teletrabalho, com liminar favorável à Associação, e a ação do Banco que derrubou a liminar).

MOBILIZAÇÃO – Rita reiterou a importância da mobilização dos representantes e da base de modo geral, do acompanhamento das ações da AFBNB pelos canais de comunicação disponíveis, e no engajamento contra a MP 1052 e os demais ataques que surgirem, “tentando encontrar formas novas de enfrentar velhos ataques”.

FALSIDADE IDEOLÓGICA – Rita citou denúncias indevidas feitas por pessoas que usam o nome da AFBNB junto a órgãos federais e expõem tanto o Banco quanto a própria entidade.

PAPEL DOS REPRESENTANTES – O diretor de comunicação reforçou o papel dos representantes em ser o elo entre a entidade e os trabalhadores da ponta, combatendo a desinformação com relação à atuação da AFBNB e fazendo o contraponto a quem presta desserviço divulgando interpretações equivocadas da Associação.

CAMED – A conselheira eleita Suenize Limaverde (Conselheira Eleita no Conselho Deliberativo da CAMED) apresentou informes da atuação dos conselheiros e da própria CAMED. Ela falou de alterações na rotina de autorização de exames por parte da CAMED durante a pandemia. Foi aprovado pelo Conselho Deliberativo autorização especial para pacientes internados com Covid cujos medicamentos não eram cobertos. Ela falou do benefício Demanda Diferenciada que cobre tratamentos não está incluído no rol, cujo custo seja a partir de R\$ 20 mil. Os conselheiros conseguiram reduzir para a partir de R\$ 15 mil, possibilitado que mais eventos passassem a ser cobertos. Destacou também a expansão da telemedicina e a reivindicação pela revisão da rede credenciada da CAMED.

CAREF – Rheberny Oliveira apresentou a atuação dele no Conselho de Administração do BNB. Falou das tensões ocorridas pós reforma da previdência e das negociações que culminaram com a troca de diretores e da presidência do BNB no ano passado (último ano da primeira gestão); esclareceu o questionamento de alguns funcionários acerca do valor da PLR informando que o que aumentou foi o lucro recorrente do Banco, que não entra no cálculo da PLR; citou a ação acertada da AFBNB em ingressar com a ação da CGPAR, que representa sério risco para a sustentabilidade da CAMED e do próprio Banco. Destacou os prejuízos para sua atuação esse ano, em decorrência da pandemia e da dinâmica que inviabiliza contato pessoal tanto com os trabalhadores quanto com os diretores. Falou de mudanças no Conselho, com a renúncia do Representante dos Minoritários, mais três substituições, e com a chegada de Saumínio Nascimento à presidência do Conselho – fato positivo que deve promover o diálogo em torno de questões sensíveis como modelo de avaliação. Por fim, ele compartilhou em primeira mão o informe geral do mandato com os representantes.

OUTRAS REPRESENTAÇÕES – O diretor Waldenir Brito informou que as demais instâncias do Banco cuja formação incluem representantes dos trabalhadores foram convidadas mas não participaram.

CONTAS – Rita Josina lembrou que a apresentação e aprovação das contas de 2020 foi feita de maneira virtual, ficando para a RCR a apresentação da proposta de orçamento para o ano 2021. A proposta foi aprovada por ampla maioria.

Após esse momento, abriu-se o momento para a fala dos/as representantes, que abordaram diversos temas, a exemplo da reestruturação, teletrabalho, adoecimento, telemedicina, modelo convergente, MP 1052/21, PLR 2012, pontuação do Promova-se, política de desenvolvimento, entre outros.

O último momento do Encontro foi a plenária final, com votação das propostas apresentadas pelos representantes durante o Encontro, através do chat, conforme orientado no início dos trabalhos, tendo sido aprovadas as seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES APROVADAS

- 1) intensificar a interlocução junto aos diversos segmentos, de todos os matizes, com vista às mobilizações na perspectiva da não aprovação da Medida Provisória 1052(MPV 1052/2021);
- 2) Buscar parecer jurídico, bem como a interlocução e parcerias para fins de ingresso na justiça com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a MPV 1052/2021;
- 3) intensificar as mobilizações, atos, manifestações (virtual e presencial) contra a MPV 1052/2021 - em defesa do BNB e do FNE no contexto do aniversário de 69 do BNB a ocorrer no dia 19 de julho - analisar a viabilidade de Realização (em parceria com as diversas entidades) de ato "de chão" no dia de 23 julho, considerando e respeitando as condições objetivas nas localidades.
- 4) Realizar campanha de mídia com o enfoque para a defesa do BNB, do FNE, contra a MPV 1052/21, considerando a análise da instalação de um OutDoor no acesso da sede do BNB. Como peça desse movimento, no contexto da estratégia da ação institucional da AFBNB
- 5) Buscar interlocução com entidades de professores, de todo o Brasil, o apoio ao desenvolvimento regional e posicionamento contra a MP 1052.
- 6) Buscar a interlocução com as Centrais Sindicais e Sindicatos do Brasil na perspectiva do apoio ao desenvolvimento regional e posicionamento contra a MP 1052.
- 7) Buscar Parecer jurídico com vistas ao ingresso na justiça contra a Consulta COSIT 34 da Receita Federal, a qual limita a restituição do Imposto de Renda dos aposentados do BNB assistidos da Capec, ferindo a garantia dos 12%.
- 8) Realizar campanha de filiação de novos associados de forma permanente em parceria com os representantes;
- 9) Analisar a viabilidade de da retomada dos fóruns presenciais (RCR), conforme a realidade sanitária a partir de Brasília - primeiro evento presencial após a situação de pandemia.
- 10) Intensificar junto ao Banco a cobrança sobre os processos de avaliação (critérios, resultados, forma) e correção de inconsistências (danos a funcionários) constantes e recorrentes.
- 11) (Solicitar ao Banco) rever os critérios do Promova-se para que todos os funcionários sejam avaliados de forma isonômica.
- 12) Inserção em campanhas, atividades humanitárias e de solidariedade, sobretudo no contexto da pandemia, inclusive com apoio para assegurar o direito básico à alimentação, material de higiene e outros itens.
- 13) Reivindicar ao BNB a extinção de cobrança da anuidade do cartão de crédito aos funcionários.

Moção de Repúdio e contra a Medida Provisória 1052 (MPV 1052/2021)

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), representantes de base da AFBNB, reunidos por ocasião da 57ª Reunião do Conselho de Representantes (57ª RCR), por meio remoto via aplicativo Zoom nos termos convocados pela Diretoria da Associação, manifestam entendimento contrário à Medida Provisória 1052 (MPV 1052/2021) editada pelo governo federal no último mês de maio, a qual altera a Lei dos Fundos Constitucionais (FNO, FCO e FNE). Dessa forma os participantes do referido fórum expressam repúdio à atitude do Poder Executivo que pela aludida MPV reduz de forma gradual a partir de Julho de 2021, drasticamente, a taxa de remuneração que as Instituições que gerem os Fundos Constitucionais - Banco do Brasil, BASA e BNB - chegando ao patamar de quase ZERO em 2023 (0,5%), enquanto que até Junho era de 2,1%, além da redução do Del Credere (taxa auferida pelo risco das operações). Manifestam ainda, os representantes, que a aludida Medida provisória traduz um revés estratégico por estar em total descompasso com o que determina a Carta Magna do País no tocante às prerrogativas dos Fundos Constitucionais, o papel dos Bancos regionais, a exemplo do BNB e do próprio Desenvolvimento Regional, comprometendo perigosamente a sustentabilidade dos mesmos, além de estar também eivada de aspectos inconstitucionais por não preencher os pressupostos de relevância e urgência e exigidos para a justificativa da sua edição, sobretudo em matérias importantes e tão caras à Nação por meio de Medida Provisória. Assim expressam entendimento contrário à MPV e a disposição de luta, sobretudo junto aos entes responsáveis pela não aprovação no sentido de evitarem tal iminente tragédia. E desta forma se manifestam em defesa dos Bancos Públicos, dos Bancos Regionais, dos Fundos Constitucionais e por uma política Nacional de Desenvolvimento com o olhar no Recorte Regional!

Fortaleza(CE), 17 de Julho de 2021.